

EXISTE UMA SOLUÇÃO PARA O PROBLEMA DA FOME NO MUNDO?

Francisco Turra⁽¹⁾

A fome é um problema complexo, que pode ser definido de forma genérica como uma situação em que as necessidades alimentares de um indivíduo ou grupo de indivíduos não são atendidas adequadamente.

Desde os tempos imemoriais, a garantia do suprimento diário de alimentos tem sido o centro das preocupações da humanidade. De uma maneira geral, pode-se dizer que, através da história, grande parte do esforço físico e mental do “homo sapiens” foi dedicada a garantir o pão de cada dia.

Com maior ou menor intensidade em termos de tempo e espaço, o fantasma da fome sempre pairou sobre a população mundial, ameaçando a estabilidade de governos e o equilíbrio das famílias. Há mais de duzentos anos, o economista inglês Thomas Malthus previu que o destino natural da humanidade era passar fome, porque a oferta de alimentos crescia aritmeticamente e a população crescia geometricamente.

A surpreendente evolução tecnológica da agricultura (cuja síntese foi a chamada “revolução verde”), trouxe duas conseqüências: derrubou a previsão malthusiana por meio de ganhos maciços na produtividade e reduziu signifi-

cativamente a taxa de esforço da sociedade para a obtenção de alimentos. Atualmente, nos grandes blocos produtores do hemisfério norte (que são responsáveis por mais de 80% da oferta mundial de alimentos) menos de 5% da população está engajada na produção agrícola.

No início desse novo milênio pode-se afirmar que o mundo nunca passou por uma fase tão auspiciosa em termos da abundância de alimentos e, portanto, de segurança alimentar. Hoje, os preços dos principais grãos (trigo, milho, soja e arroz) que formam a base do complexo alimentício mundial são, em termos reais, três vezes mais baratos de que trinta anos atrás.

Uma das grandes contradições da humanidade é que, apesar de toda essa situação altamente favorável, criada por novas tecnologias, e de toda essa abundância de alimentos, o problema da fome ainda atinge uma parcela significativa da humanidade. Segundo dados da FAO, cerca 826 milhões de pessoas ao redor do mundo (792 milhões nos países em desenvolvimento e 34 milhões nos países industrializados) não conseguem obter o mínimo de necessário para a sua subsistência e, portanto, vivem em uma situação crônica de fome e subnutrição.

No Brasil, estima-se que essa situação atinja cerca de 32 milhões de pessoas, espalhadas em todo o território nacional, com a grande concentração ocorrendo na Região Nordeste.

Isso representa, sem dúvida, uma afronta à dignidade humana, aos direitos do cidadão e mesmo um desafio para a inteligência e a capacidade de realização do homem. Em 1996, na Conferência de Cúpula Mundial para a Alimentação, 185 países, incluindo a União Européia, assumiram o compromisso formal de conseguir a segurança alimentar mundial e promover o acesso a alimentos de boa qualidade e em volume suficiente para todos os povos do mundo. Em termos quantitativos, estabeleceram a meta de reduzir, até o ano de 2015, para a metade (ou seja, para 400

(1) Ex-Ministro da Agricultura e do Abastecimento

milhões) o número de pessoas que passam fome.

Para atingir essa meta, seria necessário que, anualmente, 20 milhões de pessoas deixassem essa categoria. Todavia, os dados mais recentes da FAO indicam que apenas 8 milhões estão conseguindo esse objetivo.

Ainda que a fome e a subnutrição crônica sejam sempre colocadas (até de maneira correta) como problemas a serem resolvidos em um esforço conjunto da humanidade, na realidade, em virtude de condicionantes geopolíticos, os principais responsáveis pela garantia de alimentação adequada para a população, e, portanto, pela eliminação da fome são os governos nacionais⁽²⁾.

Evidentemente isso não significa que o Estado tenha a obrigação de distribuir alimentos para toda a população. Na minha percepção, na questão alimentar, o Estado tem três funções. A primeira é desenvolver e utilizar instrumentos de política econômica para garantir a oferta adequada de alimentos, a preços compatíveis com o poder de compra da população, já que a atividade agrícola é uma atividade diferenciada, sujeita a elevado grau de risco e incerteza e, portanto, precisa de apoio governamental. A segunda é criar condições favoráveis em termos de infraestrutura e regulamentação para aumentar a eficiência da distribuição e, assim, evitar que os ganhos na produção sejam diluídos na comercialização.

A terceira é atuar na suplementação alimentar de parcelas da população que, devido a problemas de idade, saúde, desemprego ou desastres naturais, não tenham con-

dições de obter alimentação adequada. Nesse ponto, vale ressaltar que esses programas de natureza assistencial devem ser sempre restritos e bem administrados, para evitar que se tornem um fim em si mesmos e que gerem estímulos à ociosidade. Na maioria dos países, mesmo onde a economia de mercado é um ícone do sistema econômico, os governos investem grande volume de recursos para melhorar a qualidade alimentar das populações carentes. Os EUA, por exemplo, investem mais de US\$ 30 bilhões ao ano nos programas de assistência alimentar.

Além das razões sociais, esses países também investem na melhoria alimentar das pessoas com problemas nutricionais por razões econômicas: existem estudos mostrando que qualquer aumento nos gastos para melhorar o padrão alimentar da população mais pobre pode trazer um retorno de até três vezes o valor do investimento, medido em termos da redução dos gastos com os programas de saúde pública, de vez que esses programas são geralmente muito caros, devido aos elevados preços de medicamentos, assistência médica e hospitalares.

Com esses parâmetros em mente é que definimos a nossa estratégia administrativa como Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e como Ministro da Agricultura e do Abastecimento. Na minha gestão frente àqueles órgãos foram distribuídas cerca de mais de 52 milhões de cestas básicas para os segmentos mais carentes da população brasileira (sendo que 1,7 milhão no RS) envolvendo mais de 3,5 mil municípios.

(2) O excessivo protecionismo agrícola dos países desenvolvidos, tanto em termos de subsídios como em termos de barreiras alfandegárias, é considerado por muitos especialistas como um dos grandes responsáveis pela proliferação da fome nos países mais pobres, pois impede o acesso aos grandes mercados consumidores (com seus efeitos negativos em termos de geração de renda), de uma variada gama de produtos, onde esses países têm vantagem comparativa.